



MÁRIO CAMPOS

Contando com 36 usinas, 108 municípios canavieiros e geração de mais de 160 mil empregos diretos e indiretos, o setor sucroenergético é uma das principais atividades do agronegócio mineiro. Esse setor pujante tem no comando da sua maior entidade representativa, a SIAMIG, um jovem e competente timoneiro: MÁRIO CAMPOS. Já no seu terceiro mandato, ele é alvo de incontáveis elogios pelo trabalho realizado, a ponto de se tornar uma referência como liderança classista em Minas Gerais. Conheça um pouco mais sobre MÁRIO CAMPOS nessa entrevista exclusiva à JMM Magazine.

POR LÍDIA PRATA

JMM - Como você chegou à presidência da SIAMIG, entidade que faz um forte trabalho institucional de apoio ao setor sucroenergético no Estado? Em que ano foi?

MÁRIO CAMPOS - Eu tive a honra de ser escolhido Presidente da Siamig no ano de 2014. Mas minha história começa lá em 2003, quando eu entrei na entidade como estagiário, estudando Economia, e com 20 anos de idade. Nasci em Belo Horizonte, e, na época, sinceramente a única cana-de-açúcar que eu conhecia era da casa da minha mãe, que sempre teve um quintal muito grande e em certo período tinha cana-de-açúcar. Cheguei no setor e comecei a estudá-lo. Sempre fui muito estudioso, tanto na escola, como no trabalho. Dessa forma me apaixonei pelo setor, pela história, pelo desenvolvimento, por aquilo que representa.

JMM - Dentre as muitas ações da SIAMIG, quais as que você destaca como essenciais à consolidação do desenvolvimento do setor sucroenergético mineiro?

MÁRIO CAMPOS - Eu vi o crescimento muito forte desse setor, em 2003. Então foi um período de bonança, onde comemorávamos praticamente todos os anos a inauguração de uma nova unidade no Estado. Mas, teve um período, principalmente depois de 2010, que nós entramos numa crise muito aguda e o que eu vi foi o fechamento de praticamente uma unidade a cada ano no Estado. Conhecer o setor, quantas pessoas emprega, aquilo realmente me deixava muito incomodado. Então eu tracei um objetivo, não só um objetivo da entidade, mas pessoal também: eu ia tra-

balhar pela recuperação desse setor, e essa recuperação passava principalmente pela construção de um mercado pujante para o nosso etanol em Minas Gerais. Veja que o açúcar sempre foi um produto de exportação. O Brasil é o maior exportador do mundo. Mas o etanol, majoritariamente é um produto para o mercado interno. Nós tínhamos uma produção grande aqui, mas não tínhamos consumo. Aí nós começamos um trabalho que culminou, no final do ano de 2014, com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da redução da alíquota do ICMS sobre o etanol hidratado. Foi uma redução significativa do ICMS, para 14%. Isso criou maior diferencial entre as alíquotas de etanol e gasolina, o que trouxe uma competitividade para o etanol no estado. A alíquota do etanol hoje é de 16%. A partir daquele momento, eu vi esse segmento se recuperar e as usinas voltarem a crescer. Em 2020 uma das minhas maiores satisfações foi ver duas usinas, que tinham sido fechadas naquele momento de crise, serem reativadas, e pude ver também como a economia do setor energético pode impulsionar a economia regional. Tive o prazer de participar desse processo e de ver essa recuperação do setor. Por isso, para mim, a redução do ICMS sobre o etanol hidratado, em Minas Gerais, sem dúvida alguma, foi uma medida estrutural para o segmento, e que proporcionou a recuperação da produção no Estado.

JMM - A questão ambiental sempre foi a “pedra no sapato” do setor canavieiro. A monocultura da cana, que se iniciou em 1.530 no Brasil, trazida por Martim Afonso de Souza, tem sido acusada ao longo da história de degradar o solo, além de poluir o ar e a água. Essas acusações procedem? O que o setor tem feito para mudar essa avaliação negativa?

MÁRIO CAMPOS - Bom, eu não



MÁRIO CAMPOS

Contando com 36 usinas, 108 municípios canavieiros e geração de mais de 160 mil empregos diretos e indiretos, o setor sucroenergético é uma das principais atividades do agronegócio mineiro. Esse setor pujante tem no comando da sua maior entidade representativa, a SIAMIG, um jovem e competente timoneiro: MÁRIO CAMPOS. Já no seu terceiro mandato, ele é alvo de incontáveis elogios pelo trabalho realizado, a ponto de se tornar uma referência como liderança classista em Minas Gerais. Conheça um pouco mais sobre MÁRIO CAMPOS nessa entrevista exclusiva à JMM Magazine.

POR LÍDIA PRATA

JMM - Como você chegou à presidência da SIAMIG, entidade que faz um forte trabalho institucional de apoio ao setor sucroenergético no Estado? Em que ano foi?

MÁRIO CAMPOS - Eu tive a honra de ser escolhido Presidente da Siamig no ano de 2014. Mas minha história começa lá em 2003, quando eu entrei na entidade como estagiário, estudando Economia, e com 20 anos de idade. Nasci em Belo Horizonte, e, na época, sinceramente a única cana-de-açúcar que eu conhecia era da casa da minha mãe, que sempre teve um quintal muito grande e em certo período tinha cana-de-açúcar. Cheguei no setor e comecei a estudá-lo. Sempre fui muito estudioso, tanto na escola, como no trabalho. Dessa forma me apaixonei pelo setor, pela história, pelo desenvolvimento, por aquilo que representa.

JMM - Dentre as muitas ações da SIAMIG, quais as que você destaca como essenciais à consolidação do desenvolvimento do setor sucroenergético mineiro?

MÁRIO CAMPOS - Eu vi o crescimento muito forte desse setor, em 2003. Então foi um período de bonança, onde comemorávamos praticamente todos os anos a inauguração de uma nova unidade no Estado. Mas, teve um período, principalmente depois de 2010, que nós entramos numa crise muito aguda e o que eu vi foi o fechamento de praticamente uma unidade a cada ano no Estado. Conhecer o setor, quantas pessoas emprega, aquilo realmente me deixava muito incomodado. Então eu tracei um objetivo, não só um objetivo da entidade, mas pessoal também: eu ia tra-

balhar pela recuperação desse setor, e essa recuperação passava principalmente pela construção de um mercado pujante para o nosso etanol em Minas Gerais. Veja que o açúcar sempre foi um produto de exportação. O Brasil é o maior exportador do mundo. Mas o etanol, majoritariamente é um produto para o mercado interno. Nós tínhamos uma produção grande aqui, mas não tínhamos consumo. Aí nós começamos um trabalho que culminou, no final do ano de 2014, com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da redução da alíquota do ICMS sobre o etanol hidratado. Foi uma redução significativa do ICMS, para 14%. Isso criou maior diferencial entre as alíquotas de etanol e gasolina, o que trouxe uma competitividade para o etanol no estado. A alíquota do etanol hoje é de 16%. A partir daquele momento, eu vi esse segmento se recuperar e as usinas voltarem a crescer. Em 2020 uma das minhas maiores satisfações foi ver duas usinas, que tinham sido fechadas naquele momento de crise, serem reativadas, e pude ver também como a economia do setor energético pode impulsionar a economia regional. Tive o prazer de participar desse processo e de ver essa recuperação do setor. Por isso, para mim, a redução do ICMS sobre o etanol hidratado, em Minas Gerais, sem dúvida alguma, foi uma medida estrutural para o segmento, e que proporcionou a recuperação da produção no Estado.

JMM - A questão ambiental sempre foi a “pedra no sapato” do setor canavieiro. A monocultura da cana, que se iniciou em 1.530 no Brasil, trazida por Martim Afonso de Souza, tem sido acusada ao longo da história de degradar o solo, além de poluir o ar e a água. Essas acusações procedem? O que o setor tem feito para mudar essa avaliação negativa?

MÁRIO CAMPOS - Bom, eu não

concordo de forma alguma com essa afirmação, e vou dizer porque. A cana de açúcar, obviamente tem esse histórico desde 1.500 no Brasil. Foi uma das primeiras atividades e, sem dúvida alguma, pela história econômica brasileira, tudo aquilo que aconteceu no passado ainda traz para o presente alguns mitos sobre essa atividade. O que se tem hoje no Brasil, em termos de atividade canavieira, é totalmente diferente daquilo que as pessoas estudaram nos livros de história. Nós temos hoje uma cultura moderna, tecnológica, que efetivamente tem ajudado a desenvolver a agricultura do país e obviamente a preservação do solo. O setor, praticamente, cresceu nos últimos anos em cima de pastagens degradadas, ou seja, plantou cana com técnicas agrícolas apuradas, modernas, e recuperou o solo. Na região do Triângulo Mineiro, podemos ressaltar principalmente dois municípios, o norte do município de Uberaba e o município de Frutal, que eram regiões de muitas pastagens degradadas e hoje o que se vê é uma técnica agrícola impressionante. Outro ponto importante também: a cana-de-açúcar é uma atividade semi-perene. O ciclo da cana dura de 05 a 06 anos, depois em boa parte das regiões temos uma rotação de cultura, um plantio de uma leguminosa, que é importante também para o solo. A questão da poluição do ar, provavelmente o que se tem hoje nas mentes das pessoas é uma lembrança da época em que se queimava palha para propiciar uma colheita manual da cana-de-açúcar. Hoje a colheita é majoritariamente sem queima e com máquina, no Triângulo Mineiro. Não temos praticamente mais a queima da cana aqui nas regiões mineiras. Talvez no máximo chegue a 1% da área em região montanhosa, localizada principalmente na região da Zona da Mata, porque a máquina não corta essa cana. Portanto, não podemos ser acusados de poluirmos o ar. Aliás, as plantas fazem a fotossíntese e, dessa forma, a cana-de-açúcar é responsável por um ar mais limpo e puro no mundo. Já em relação à questão da água, ela remete às práticas agrícolas e também ao que ocorre dentro do processo industrial, no processamento de cana-de-açúcar. Com relação às práticas agrícolas, temos hoje uma modernidade muito grande, lembrando que esta é uma cultura mais resiliente que as outras. Temos muito plantio de sequeiro, pouco histórico de cana irrigada no Bra-



//

TEMOS UM CONCEITO
MUITO GRANDE DE
ECONOMIA CIRCULAR E
NO FUTURO ESPERAMOS
TER BIOGÁS E
BIOMETANO”

sil, um percentual pequeno e o que nós vamos ter em muitas áreas é uma ação de salvamento. Ao longo dos últimos anos, com o fim da queima da palha da cana, nós eliminamos o processo de lavagem da cana dentro da indústria e temos cada vez mais um processo de circuito fechado, onde a água é tratada e de certa forma há uma captação cada vez menor por tonelada de cana moída. Hoje se capta menos de 1 metro cúbico por tonelada de cana. No passado se chegou a 20 metros cúbicos por tonelada de cana, dentro do processo industrial. Muitas empresas estão com os números próximos de 0,5 metros cúbicos,

o que é realmente baixo. Trabalhando em circuito fechado, vemos dentro do nosso setor o conceito moderno da economia circular, onde aproveitamos tudo aquilo que a cana tem a oferecer para o segmento. Do caldo fazemos açúcar, etanol; a palha tem uma grande importância no campo, para a proteção do solo; temos o bagaço, do qual se faz a energia; a vinhaça, que é utilizada no processo de irrigação. Ou seja, temos um conceito muito grande de economia circular e, no futuro, esperamos ter o biogás e o biometano para integrar ainda mais este conceito de economia circular.

JMM - Em matéria de energia renovável, como o setor contribui e de que forma pode contribuir mais ainda para a descarbonização da atmosfera nas áreas urbanas?

MÁRIO CAMPOS - O setor é produtor de energia renovável e limpa, basicamente, etanol e bioeletricidade. É importante citar que o Brasil é protagonista e referência dentro da área de biocombustíveis no mundo. Temos três concei-





tos: a matriz energética, que é o total de energia produzida no país; matriz elétrica e a matriz de transporte. A matriz elétrica, energia elétrica; matriz de transporte, os combustíveis utilizados no transporte. O setor sucroenergético participa com 18,2% da matriz energética nacional. Ou seja: de tudo que é produzido de energia no Brasil, 18,2% vêm da cana-de-açúcar. Veja a importância desse segmento para o Brasil. Na matriz elétrica, 8,6% da energia gerada no Brasil vem da biomassa da cana-de-açúcar. Então, a participação é relevante e precisa ser valorizada. Na matriz de transporte, 21,1% do que é consumido de combustíveis no Brasil. Seja o que colocamos nos caminhões, nos veículos, nas motocicletas, 21,1% vêm do setor de cana-de-açúcar. É o etanol hidratado, está lá nos postos, que os consumidores podem colocar nos seus veículos, ou o etanol anidro, que é misturado em 27% com a gasolina. Nós temos uma importância enorme sobre esse processo. Então, essa transição energética dos combustíveis, que falamos dos combustíveis fósseis para os combustíveis de baixo carbono, que o mundo está procurando, no Brasil já tem um desenvolvimento, um protagonismo muito forte. Isso que nós temos

aqui ninguém tem no mundo e precisamos realmente valorizar. Pode ser ainda melhor: nós tivemos agora o lançamento do RenovaBio, que é um programa onde o Brasil, através de uma política de estado, vai descarbonizar ainda mais a sua matriz de transporte, aumentando o seu contingente, a participação dos biocombustíveis e efetivamente trocando combustíveis fósseis por biocombustíveis, seja etanol, biodiesel, ou outro biocombustível que possa vir. Através do RenovaBio, temos a certificação das usinas e do conceito do ciclo de vida, onde cada empresa tem uma nota, uma análise para ver qual é a participação daquele etanol produzido, naquela unidade, na mitigação dos gases do efeito estufa. Esse programa é importantíssimo, e vai trazer mais transparência sob a efetiva pegada de carbono dos combustíveis no Brasil. Para o futuro eu vejo ainda um potencial muito grande para o setor com a possibilidade do biometano produzido a partir da vinhaça e da torta de filtro. Nós tivemos recentemente a inauguração em São Paulo de uma planta de biogás para a produção de energia elétrica. Teremos, em breve, outra unidade em São Paulo, que vai ofertar biometano através de uma rede de distribuidora de

gás e abastecer uma cidade inteira. Várias empresas já trabalham a possibilidade de produção de biometano, inclusive para substituir o diesel que é utilizado na frota, seja no transporte de cana, seja nos tratores ou colhedores. Portanto, nós temos um potencial muito grande de ainda melhorar nossa condição de sustentabilidade, ofertando esse novo combustível, seja o biogás, para produção de energia elétrica, seja a purificação desse biogás, produção do biometano e, dessa forma, utilizá-los principalmente em caminhões.

JMM - Em 2020 vivemos um ano totalmente atípico, face à pandemia do coronavírus. De que forma esse fato impactou o setor sucroenergético?

MÁRIO CAMPOS - Primeiro é importante ressaltar o belo trabalho que as usinas, as suas direções, os nossos colaboradores fizeram ao longo desse ano, no sentido de continuar trabalhando e produzindo. Nosso setor é essencial. Conseguimos ao longo do ano conviver com o vírus. E é isso que a sociedade, como um todo, está procurando fazer. Então, foi um excelente trabalho, e nós fizemos a maior safra da história de Minas Gerais. Nossa expectativa é chegar aos 72 milhões de toneladas de cana em março. Além disso, nós tivemos a ativação de duas unidades produtoras novas na região do Triângulo. Isso ajudou o crescimento da moagem, mas, como todo ano agrícola ele tem as suas dificuldades. Este ano nós tivemos uma dificuldade muito grande, devido ao período muito seco, e é bem provável que isto possa impactar a próxima safra. Estamos aí aguardando, esperando que tenhamos um verão mais chuvoso, para que possamos recuperar um pouco esse tempo perdido para o desenvolvimento do canavia. Mas eu queria só ressaltar realmente a importância da manutenção da produção ao longo do ano: tivemos essa produção recorde, embora no início do processo o setor tenha sido muito impactado com a redução do consumo de combustíveis, uma vez que as pessoas ficaram em casa, o tráfego de veículos reduziu bastante. Minas Gerais tem uma condição interessante de flexibilidade de fábrica e nós podíamos, naquele momento, fazer uma mudança de mix. Isso foi feito, nós tivemos a sorte do mercado internacional, este ano, demandar um pouco mais de açúcar no Brasil. Então, o Brasil pode mudar esse mix, sem impactar efetivamente os preços internacionais de açúcar. Obviamente o câmbio, para quem é exportador, tem





um efeito positivo. Apesar da pandemia, o ano para o setor sucroenergético em Minas Gerais e no Brasil foi um ano muito bom. Vale destacar também que a SIAMIG contribuiu com a doação de cerca de 223,8 mil litros de álcool 70 em parceria com a Start Química e etanol para produção de álcool gel, em parceria com o CIT-Senai-Fiemg, além dos milhares de litros de álcool 70 doados diretamente pelas usinas do Estado.

JMM - Recentemente, uma frente formada por montadoras de veículos e usinas de álcool iniciou discussões com governo federal sobre um projeto para colocar o etanol como uma das soluções globais para mover carros elétricos sem gerar poluentes. A ideia do grupo é acelerar pesquisas e desenvolvimento para uso do etanol em carros híbridos e movidos a célula de combustível, por meio da retirada do seu hidrogênio para movimentar o motor elétrico. Acredita na viabilidade desse projeto a curto e longo prazos? O que será necessário fazer para dar suporte às montadoras no que se refere a investimentos na cadeia do álcool combustível?

MÁRIO CAMPOS - A gente está vivendo hoje um período onde se fala muito do carro elétrico. Eu não tenho dúvida de que teremos, no futuro, o carro com motorização elétrica mais inserido na sociedade como um todo. Nós temos diversas formas da inserção desse motor elétrico dentro do contexto da mobilidade. Sinceramente não ficou ainda muito claro pra mim se efetivamente teremos o carro elétrico, a bateria, como única opção para a sociedade mundial. Aliás, eu não acredito nisso, se o carro fosse igual em todo mundo não teríamos países onde os motoristas dirigem com volante do lado

direito e outra parte do lado esquerdo. E você tem vários conceitos do que chamamos de motor elétrico, por exemplo, um carro híbrido, com a coexistência dos motores a combustão e motor elétrico no mesmo veículo e ele também pode ser considerado um carro elétrico. Eu não acredito ainda em bateria dentro do carro. O Estado do Amapá, por exemplo, acabou de passar por um apagão, e o Brasil está passando um momento delicado de oferta de energia. Recentemente, o Presidente da República pediu para as pessoas desligarem algumas luzes de suas residências e tomassem um banho menos demorado. Ou seja, a infraestrutura energética ainda precisa ser muito discutida, para termos no futuro um carro elétrico a bateria. Eu acredito muito mais num carro onde você tenha a motorização híbrida, ou onde você tenha o fornecimento de um combustível líquido e dentro dele a transformação dessa energia contida neste combustível limpo em algo para fazer o carro andar, como a célula de hidrogênio. A Toyota fabrica esse carro no Japão e vende esse carro no mesmo país, mas o hidrogênio é difícil de encontrar e de separá-lo. No caso do etanol, as moléculas têm muito hidrogênio, e isso sem dúvida alguma propicia a oportunidade a partir desse biocombustível. Outro ponto importante: o Brasil tem papel fundamental nesse pro-

“
NÓS TEMOS DIVERSAS
FORMAS DA INSERÇÃO
DO MOTOR ELETRICO
DENTRO DO CONTEXTO
DA MOBILIDADE”

cesso. Além disso, temos de levar em consideração a empregabilidade e os aspectos sociais envolvidos no processo de produção de combustíveis líquidos, e da energia elétrica. Outro ponto: no caso dos carros elétricos, vamos precisar de baterias de alta durabilidade, e isso não existe sequer com nossos aparelhos de telefone celular. Talvez o modelo da Europa seja com o carro elétrico puro, uma parte da China idem, nos Estados Unidos vai ser misto. No Brasil, no entanto, acredito muito no modelo híbrido e, no futuro, será hidrogênio para inserção dos biocombustíveis dentro desse processo de mobilidade sustentável. Nós vamos sim participar dessas discussões nos próximos anos.

JMM - Quais as suas expectativas para 2021, tanto pessoais quanto profissionais?

MÁRIO CAMPOS - Primeiro eu espero que em 2021 eu possa ser vacinado contra o coronavírus e a vacina possa trazer a toda população brasileira a tranquilidade indispensável para o nosso convívio social. Espero também que possamos ter no Brasil uma discussão muito aprofundada de algumas reformas econômicas necessárias para o nosso desenvolvimento, incluindo o papel do Estado, o tamanho dele, bem como uma discussão séria sobre reforma tributária responsável, que indique uma simplificação tributária. Mas que não penalize aqueles segmentos que ao longo dos últimos anos conseguiram se adaptar dentro de uma estrutura tributária complexa, mais especificamente o agro. Não é porque o agro hoje tem uma condição diferenciada, conquistada pelo trabalho duro dos agricultores, das agroindústrias, dos segmentos ao longo dos últimos anos, que ele hoje tem de ser penalizado. O Brasil é um país agropecuário, é um país florestal, a floresta também tem que ser valorizada e tem que ser trabalhada de forma a gerar recursos para quem as mantém e gerar condições financeiras econômicas também para o próprio governo manter as suas unidades de conservação. Por outro lado, também somos um país industrial e agroindustrial, e estamos falando praticamente de um quarto do PIB do Brasil, que traz grande desenvolvimento para o interior. É esse um quarto do PIB que gera muitas divisas e faz com que o Brasil seja referência nesse mundo do agronegócio.